

UM RECORTE DO ESTADO DO CONHECIMENTO DE PUBLICAÇÕES EM EDUCAÇÃO INFANTIL (1996-2006)

A VIEW ON THE STATE OF KNOWLEDGE OF PUBLICATIONS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION (1996-2006)

Maria da Luz Santos RAMOS¹

RESUMO: O presente estudo buscou fazer um recorte do estado do conhecimento sobre publicações em Educação Infantil pós-LDB nº. 9.394/96, a partir da análise das obras de sete editoras selecionadas e encontradas no cenário goiano. Para apoio teórico, tomamos como base os estudos de Ariès (1981), Soares (1989), Bazílio e Kramer (2003), Brzezinski (2000, 2002 e 2004), Kuhlmann Jr. (2002, 2004), Schultz (2002, 2004) e outros. Metodologicamente, a pesquisa qualitativa foi utilizada para este estudo e desenvolveu-se a partir da realização de uma retrospectiva da infância. Em seguida, tratamos da primeira infância e da legislação, contemplando a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como documentos que asseguram a Educação Infantil como direito e dever do Estado. Foi nesse contexto que realizamos um recorte do estado do Conhecimento em Educação Infantil, pós-LDB nº 9.394/96. Analisamos as contribuições dessa área do conhecimento articuladas à qualidade e quantidade das publicações nesse nível de ensino, a partir da implementação da LDB, respeitando uma categorização temática previamente definida: desenvolvimento infantil, metodologia do trabalho, formação de professores e inserção social. chegamos à conclusão de que, do total de cento e oitenta

¹ Mestre e Doutoranda em Educação/PUC-GOIÂNIA, Psicopedagoga e Sociopsicomotricista Romain Thiers. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Araguaia. Gerente Técnico-pedagógica de Ensino do 1º ao 9º ano da Coordenação de Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação/GO. malusramos@yahoo.com.br malusramos@yahoo.com.br

e duas obras selecionadas, trinta e três atenderam ao critério estabelecido: o fato de serem resultados de pesquisas científicas. Após análise criteriosa das trinta e três obras, optamos por agrupá-las em dois blocos e estes foram categorizados separadamente, respeitando os descritores elencados. Palavras-chave: Educação infantil. Infância. Legislação. Literatura infantil.

ABSTRACT: The present study aimed at finding out the state of knowledge regarding the publications on child education, post 9.394/96 LDB (basis and guideline law). That was done based on the analysis of seven selected publishers works chosen in the area of Goiás state. For technical support, this research based on the studies of: Ariès (1981), Soares (1989), Bazílio; Kramer (2003), Brzezinski (2000, 2002 e 2004), Kuhlmann Jr. (2002, 2004), Schultz (2002, 2004), and others. Concerning methodology, the qualitative research was adopted in this study, supported by a childhood retrospective analysis. Following that, childhood and legislation were analyzed, focusing on the legal LDB procedures, as well as on the documents and other laws that guarantee child education as a state right and duty, too. The contributions of this area of knowledge were analyzed along the quality and amount of publications in this field of education, since LDB implementation. This was done following a previously defined thematic categorization: childhood development, work methodology, teacher formation and social insertion. At the end, it was possible to conclude that, among a checklist of a hundred eighty two (182) published works from the seven (7) book publishing companies, only thirty three (33) were able to reach the aimed criteria of being a scientific production. After a careful and critical analysis of these thirty three (33) works, it was possible to group them into two blocks. Also, each one of these groups was then separately categorized, regarding the listed describers. **Key words:** Child education. Childhood. Legislation.

Introdução

Brincar com criança não é perder tempo,
é ganhá-lo;
se é triste ver meninos sem escola,
mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados,
em salas sem ar, com exercícios estéreis,
sem valor para a formação do homem.

Drumond

Objetivamos, com o presente estudo, realizar um recorte do estado do conhecimento de publicações em Educação Infantil pós LDB nº 9.394/96. Esta denominação para um determinado nível de ensino encontra uma explicação inicial na palavras de Rocha (2001)

Educação Infantil representa, no caso brasileiro, a nomenclatura usada para delimitar a etapa da educação responsável pela educação das crianças de 0 a 5 anos e não retrata uma universalização de uso, admitindo, neste espaço e tempo, outras denominações. No Brasil, especialmente após a Constituição de 1988, designa-se a educação infantil como o nível educacional que antecede o Ensino Fundamental (de 6 a 14 anos) e que se dá em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos). Também a LDB nº 9.394/96 estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica no sistema educacional brasileiro. (ROCHA, 2001, p. 7).

Ao propormos esta pesquisa, nosso problema pode ser assim enunciado: as produções na área de Educação Infantil, após a LDB nº 9.394/96, têm sido significativas no que se refere ao quantitativo de publicações e à diversidade de temáticas afeitas a esse campo de conhecimento? Que temas são mais estudados e publicados sobre este nível de ensino?

Diversos escritos, em Educação Infantil, foram publicados, nos últimos anos, dentre eles periódicos, livros, artigos, dissertações, mas ainda em quantidade irrelevante em relação à demanda por essa área de conhecimento no Brasil. Vivenciamos um mundo capitalista em que a tecnologia de ponta torna-se cada vez mais presente nos lares, nas escolas, em *lan houses*, espalhadas por toda a cidade de Goiânia. Trata-se de uma verdadeira revolução eletrônica, mas é nesse mesmo contexto que percebemos o livro como fonte inesgotável de saber.

1 Retrospecto da história da infância

Conforme Ariès (1981), as primeiras preocupações com a criança surgiram na França, no século XVII, mas, no Brasil, já en-

contramos os primeiros sinais de uma educação voltada para a infância com a catequização jesuítica, isto por volta do século XVI. E o que seria a infância?

Na obra de Ariès (1981), constatamos o processo de construção do sentimento de infância a partir de análise de elementos iconográficos. O autor centra seu estudo na criança e na família na França Medieval. Conforme esse autor, até o século XVIII, não havia nenhum termo que pudesse expressar o significado de infância. Vale assinalar que, na língua francesa, a palavra *enfant* (criança) representava tanto a criança quanto o adolescente.

Viterbo (1983) lembra que esse termo *in-fans*, ou *infante*, deriva do verbo latino, *fari*, “falar”. O particípio presente deste verbo é *fans*, que significa “o que fala ou falante; com o prefixo negativo *in*, forma-se *infans*, com o significado de o que não fala ou o não falante.

No século XVI, o conceito de infância (*in-fans*) referia-se àquele que não falava, sujeito que ainda não havia desenvolvido alguns traços significativos afeitos à comunicação. Isso, de certa forma, nos remete às crianças bem pequenas em seus primeiros anos de vida, extremamente dependentes dos adultos, haja vista a sua necessidade de amparo, amamentação, carinho, acolhimento, alimento, higiene, que são as necessidades básicas de todo ser humano.

Em dicionários da língua portuguesa, considera-se a infância o período de desenvolvimento do ser humano que vai do nascimento até a puberdade. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/BRASIL) considera a criança como a pessoa até doze anos de idade incompletos. Vale lembrar que o ECA foi criado tendo em vista alguns fatos ocorridos com a criança e o adolescente no passado.

Para Kuhlmann Jr. (2004), a infância tem um significado genérico, que sofreu alterações ao longo da história, com o passar dos tempos e com as transformações sociais. Essas transformações mostram que cada classe social tinha uma forma de ver a criança que dependia de seu *status* e do papel que as famílias desempenhavam na sociedade.

A infância deve ser levada à conta de uma condição da criança, que se pode traduzir nas experiências vividas em diferentes períodos de nossa história. Para Kuhlmann Jr. (2004, p. 31), é preciso considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras da história. Acreditamos que esses pressupostos propiciam resgatar, de forma crítica, o percurso histórico do desenvolvimento da infância propriamente dita, em meio ao processo educativo.

Ora, se a criança começa a ser concebida como ser histórico e social, há de se atendê-la em um espaço adequado: o escolar. Entretanto, é verdade que o caminho da escolarização da criança foi árduo e seguiu a passos lentos. Primeiramente, pensou-se em uma organização assistencial, espaço que seria uma continuação dos lares, com o atendimento voltado aos cuidados e às necessidades básicas que, necessariamente, seriam supridos na ausência da família.

Com esse raciocínio, Ghiraldelli Jr. (2006) reitera que a realização da infância passou a implicar que as crianças fossem situadas na escola. E seria de igual necessidade que se criasse uma ligação especial entre a criança e um adulto determinado, o preceptor e/ou o professor, ele deve, na escola e pela escola, garantir a infância às crianças.

A expansão industrial e as mudanças das relações familiares, assim como a participação da mulher no mercado de trabalho, impuseram a necessidade da criação de uma instituição específica que atendesse às necessidades infantis que ainda estavam entregues apenas às famílias. Em função desses fatores, têm início as creches e os, os quais, de certa forma, são marcados pela falta de uma diretriz unificadora de atendimento à criança de zero a seis anos de idade. Permanecia a ideia dicotômica de que a creche mantinha o seu caráter assistencialista e os jardins de infância, o pedagógico, ou seja, uma cuida e a outra educa.

De certa forma, ao situar a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, a LDB, em seu discurso, objetivava superar as, dicotomias creche X pré-escola; cuidado X educação; assistência X desenvolvimento e aprendizagem. Esse propósito im-

plicou duas decisões: (a) a primeira encarregou a creche de cuidar das crianças de zero a três anos e a pré-escola, das crianças de quatro a cinco anos; (b) a segunda atribuiu a ambas um objetivo comum, que é o desenvolvimento integral de todas as áreas da personalidade humana.

É válido salientar que tradicionalmente, na educação das crianças de zero a três anos, predominam os cuidados em relação à saúde, à higiene e alimentação, enquanto na educação de crianças maiores, de quatro a cinco anos, concebida e tratada como antecipadora, predomina a preparação para o Ensino Fundamental.

2. Infância e legislação

Após refletirmos acerca da primeira infância, nos instiga a tarefa de identificar, na legislação que rege a educação brasileira, o percurso e as principais conquistas educacionais sobre o atendimento às crianças dessa faixa etária, neste nível de ensino. Buscamos então enfatizar as referências legais que focalizam, ou não, a infância até chegar à LDB nº 9.394/96, que instituiu a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica.

2.1 Educação da primeira infância e a legislação brasileira

Kramer (2003) enfatiza que, no Brasil, as primeiras propostas de instituições de atendimento às crianças surgiram por volta de 1899, com a criação, inicialmente, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e, logo em seguida, da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, ambas no Rio de Janeiro, que atendiam principalmente as mães trabalhadoras domésticas.

Assim sendo, como existiam poucas instituições para atender essa faixa etária, sua criação e oferta no Brasil só foi possível por volta dos séculos XIX e XX. Com isso, algumas leis foram promulgadas, visando primordialmente dar atendimento à primeira infância.

Vale ressaltar que a Declaração dos Direitos das Crianças foi escrita após a Primeira Guerra Mundial. Mas foi em 17 de maio de 1923 que essa fundação adotou os cinco princípios da Declaração de Genebra e, em 28 de fevereiro de 1924, foi apresentada à imprensa, com seu texto original, que foi traduzido para todos os idiomas do mundo.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Declaração de Genebra foi modificada com a inserção de dois novos parágrafos: um contra a discriminação de raça, nacionalidade e religião, e o outro, pela integridade da família e direitos sociais da criança. Mas foi somente em 20 de novembro de 1959 que a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou, por unanimidade, os dez princípios da Declaração Universal dos Direitos da criança.

Conforme Kramer (2003), em 19 de novembro de 1930, foi criado pelo Decreto n. 10.402, o Ministério da Educação e Saúde Pública, que englobava várias instituições desmembradas do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Tratava-se de um órgão que respondia por diversas repartições na área educacional e na saúde pública. O atendimento voltava-se mais à área da medicina preventiva, como forma de minimizar problemas familiares.

A Educação Básica foi negligenciada e, também, o atendimento da criança de zero a seis anos, haja vista que, somente em 1930, no governo de Getúlio Vargas, instituiu-se o Ministério da Educação. Todavia, por acreditar que a história não dá saltos e tampouco é linear, insistimos em trazer para a discussão alguns aspectos históricos atinentes à legislação brasileira, nos quais é possível vislumbrar certa preocupação com a primeira infância.

2.2 Lei de diretrizes e bases da educação nacional

Com o intuito de elaborar uma legislação educacional, em 1948, o ministro da Educação, Clemente Mariani, encaminhou à Câmara o primeiro projeto de lei que expressava a preocupação dos populistas, quanto aos rumos da educação brasileira, e que, de certa forma, procurou corresponder aos anseios das classes subalternas.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi criada nesse período conflituoso (1957 a 1961) em que o ensino público se confrontava com o privado. Promulgada no dia 20 de dezembro de 1961, denominada Lei n 4.024, nela o sistema de ensino deveria ser descentralizado e unificado. Separaram-se os órgãos com funções normativas e executivas e, a partir daí, criaram-se o Conselho Federal de Educação (CFE) e o Conselho Estadual de Educação (CEE).

A Lei nº 4.024/61, já anacrônica no momento de sua promulgação, enquanto diploma específico da educação, surpreendentemente tratava do ensino primário, de maneira superficial, dedicando um mínimo de dispositivos a esse nível de instrução, não indo muito além da fixação de suas finalidades, duração e obrigatoriedade.

Constatamos, assim, que não havia um órgão responsável pelas escolas maternas e jardins de infância. A educação da primeira infância ainda não pertencia a *ninguém*. Na Emenda Constitucional nº 1, de outubro de 1969, feita à Constituição Federal de 1967, verificamos uma certa preocupação com a primeira infância, sobretudo quanto à possibilidade de oferecer às mães que trabalhavam fora um espaço destinado à assistência de seus filhos durante sua ausência de casa.

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, conhecida como a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, fixou as diretrizes e bases desses dois níveis de ensino, mas, no que diz respeito ao ensino pré-escolar, apresenta-se de forma bastante genérica.

A ausência de compromisso dos órgãos públicos com a Educação Infantil era perceptível, pois a responsabilidade pelo oferecimento dessa modalidade de ensino permanecia na família, ou, como sugestão, nas empresas.

Sintetizando, dois fatores nortearam a expansão da Educação Infantil no Brasil: o primeiro refere-se ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, como foi citado anteriormente, uma vez que as mães, diante da necessidade de trabalhar fora de casa, precisavam de um local para deixar os filhos; o segundo concerne às reivindicações sociais, no sentido de levar o poder público

a considerar a importância das experiências na primeira infância, mesmo com a quase inexistência de setores responsáveis pelo oferecimento de instituições de atendimento às crianças de zero a seis anos de idade.

Em decorrência desses fatores, foram criadas as creches e jardins de infância. Esse período foi marcado pela ausência de um projeto nacional para a educação pré-escolar (atualmente denominada de Educação Infantil; a Lei nº 11.274/06 ampliou o Ensino Fundamental para nove anos). Faltava uma diretriz unificadora, e a dicotomia creche e pré-escola criava uma face dupla uma assistencialista e a outra pedagógica.

A Lei n. 5.692/71 estabeleceu que os sistemas de ensino velariam a fim de que as crianças de zero a seis anos de idade recebessem educação em escolas maternais e jardins de infância e instituições equivalentes. Acreditava-se que o sistema de ensino, sem deixar de lado o foco central, que era o ensino de 1º grau, encontraria possíveis soluções ao atendimento às crianças em idade pré-escolar, buscando estímulos que fomentassem a ampliação de sua oferta.

É fato que a Constituição Federal apontou algum avanço com relação à pré-escola, ao incluir referências a esse nível de ensino, além de apresentar a concepção de criança integral ao assegurar, no art. 208, Inciso IV, que a Educação Infantil seria vista como um dever do Estado e direito da criança nos moldes como se descreve: “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

O ECA, de 1990, tem por base, desde suas origens, as reivindicações sociais e defende a doutrina da Proteção Integral, o que está vinculado à democracia e significa ter compromisso com três princípios básicos: a liberdade, a dignidade e o respeito. Dessa forma, sendo a pessoa tratada com base nesses princípios, sob o ponto de vista jurídico ela é considerada um sujeito e isso significa existir.

A política de proteção integral garante o tratamento à criança como sujeito de direitos, em que a responsabilidade por ela recai sobre três instâncias: o Estado, a família e a sociedade. Assim, tam-

bém destacou o direito da criança ao atendimento em creches e pré-escolas.

2.3. Considerações sobre a educação infantil Pós-LDB n. 9.394/96

Brzezinski (2000) assevera que inúmeras discussões e negociações foram feitas com o objetivo de contemplar as demandas dos brasileiros em relação ao ensino, no final da década de 1980. Definiu-se que o eixo articulador da LDB seria a universalização do Ensino Fundamental e, conseqüentemente que haveria uma organização do Sistema Nacional de Educação que pudesse tanto articular os diferentes níveis e modalidades de ensino como melhorar a sua qualidade, tornando-o democrático.

A universalização do Ensino Fundamental, como eixo centralizador, de acordo com Brzezinski (2000), impulsionou a elaboração do anteprojeto de LDB n. 1.258/88, duramente defendido pelo Fórum em Defesa da Escola Pública, junto a outras instâncias da sociedade, o que acabou por conciliar os desejos e interesses não somente do ensino público, mas também do privado.

Interessa a este estudo apresentar o texto do Anteprojeto nº 1.258/88, no que se refere à Educação Infantil. Há um cuidado inicial com a primeira infância, disposto no Capítulo VIII. Percebe-se, agora, uma preocupação por parte dos educadores, diante do desejo de atender e cuidar da formação integral da criança de zero a seis anos de idade. Oferecia-se essa modalidade de ensino, relevava-se a organização curricular, bem como a formação dos profissionais que atuariam nos espaços destinados às crianças.

Foram exaustivos oito anos de negociações, de embates. E, após um árduo período de tramitação, a 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN n. 9.394/96, que em seu texto reafirmou e estabeleceu, de forma incisiva, o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação. O texto traz algumas referências específicas à Educação Infantil, as quais podem ser verificadas no Título III,

do “Direito à Educação e do Dever de Educar”: “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade”. Assim, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos.

No art. 11, inciso V, a Lei reitera que os municípios serão responsáveis por oferecer a Educação Infantil. O município pode, igualmente, atuar em outros níveis de ensino, desde que tenha atendido plenamente a sua área de competência. No entanto, a Lei é bastante clara quanto à organização das responsabilidades de cada instância e reafirma que é responsabilidade dos municípios, prioritariamente, o Ensino Fundamental e, supletivamente, a Educação Infantil, que são mantidos pelo poder público municipal e, também, pelas instituições de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Quanto aos níveis de escolarização, a LDB nº 9.394, de 1996, até o ano de 2005, apresenta a Educação Básica subdividida em: (a) Educação Infantil: creches e pré-escolas (atendimento de 0 a 6 anos de idade); (b) Ensino Fundamental: atendimento de 7 a 14 anos de idade; (c) Ensino Médio: atendimento de 15 a 18 anos de idade, aproximadamente.

Definida como a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil passou a fazer parte oficial e integral do processo educacional e, em consequência disso, do sistema de ensino formal, o que, de certa forma, pressionou os órgãos quanto ao seu oferecimento. Tornou-se inaceitável o descaso ou a insuficiente atenção para com a primeira etapa daquela que deve ser a base da educação formal do ser humano: a Educação Infantil.

A defesa por uma Educação Infantil de qualidade começa a ter lugar no reconhecimento de quão importante é essa etapa de escolarização, que podemos até dizer ser o alicerce de uma grande construção. A LDB n 9.394/96 manteve as instituições históricas, creches e pré-escola, mas com duas modificações: introduziu-se o termo instituições equivalentes e omitiu-se o termo jardim de infância.

Essa distinção entre creche e pré-escola é feita de modo exclusivo pela idade das crianças. É assegurado que a finalidade da Educação Infantil é a mesma para todas as idades e o que muda é a idade da criança assistida e atendida nesse âmbito. Nessa perspectiva, a Emenda Constitucional n. 14, de setembro de 1996, adotou, no art. 211, a expressão Educação Infantil, na tentativa de superar a dicotomia cuidar x educar, tanto da creche como da pré-escola, que agora passavam a ser consideradas como Instituições de Educação Infantil.

No Estado de Goiás, a Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998, estabeleceu as Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás, ela tem como objetivo disciplinar e organizar a educação escolar que se desenvolve no sistema educativo estadual, predominantemente por meio do ensino, e tem como ponto fundamental o mundo do trabalho e a prática social. Dessa forma, o Título V, dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, no Capítulo II, da Educação Básica, Seção II, é voltado especificamente à Educação Infantil, que pode ser constatado nos artigos 38, 39, 40 e 41.

A Resolução do Conselho Municipal de Educação n. 014, de 23 de agosto de 1999, fixou as normas para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino e, no art. 1, enfatiza que a Educação Infantil é direito da criança de zero a seis anos de idade, a que o Estado e a família têm o dever de atender (AMARAL; FURTADO, 2000).

Essa Resolução ainda destaca a proposta pedagógica, como deveria pautar-se na concepção da criança como sujeito ativo do seu próprio desenvolvimento, bem como respeitar os princípios de pluralismo de ideias e as concepções pedagógicas, além de especificar ações objetivas e sistematizadas que garantiriam o cuidar e o educar. No art. 7, percebemos ainda a importância do planejamento, bem como a execução e a avaliação da proposta.

2.4 Educação infantil a partir do plano nacional de educação

O Estado de Goiás foi um dos primeiros Estados a autorizar a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, mediante a Re-

solução nº 186, de 07 de julho de 2004, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO).

O ensino fundamental de nove anos, no Brasil, foi instituído pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que alterou, nesse nível de ensino, o período de sua duração, que antes era de oito anos, passando a ser de nove anos.

De certa forma, o número de matrículas na Educação Infantil ainda é insatisfatório para atender à demanda da população em idade de iniciar a escolarização, que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), é de, aproximadamente, 23 milhões de crianças. Apenas 36,2% estão matriculadas nas creches e pré-escolas. Dos 13 milhões de crianças entre zero e três anos de idade, somente 10% estão matriculadas nas creches. Desse modo, podemos concluir que ainda é necessário muito esforço no sentido de se oferecer um maior número de vagas às crianças de zero a cinco anos de idade na educação da primeira infância.

3 Um recorte do estado do conhecimento

Ao utilizarmos as unidades de registro, temos em mente que não se utiliza apenas um tipo separadamente, mas sim que devemos combiná-las, para garantir uma boa análise e interpretação das comunicações orais, escritas ou, até mesmo, simbólicas.

Já as unidades de contexto são como pano de fundo que imprime significados às unidades de análise (FRANCO, 2005, p. 43). Estas unidades são consideradas as mais amplas, pois, dependendo do conteúdo que será analisado, a leitura total dos textos é indispensável para a análise e posterior interpretação.

Dessa forma, ao incorporar as unidades de registro com as unidades de contexto, justificamos o uso de tabelas, quadros e figuras de caracterização (sempre acompanhados das respectivas análises). Para Franco (2005, p. 45), tais unidades podem ser relatadas em forma de histórias de vida, de depoimentos pessoais, de um conjunto de palavras, de um parágrafo ou mesmo de algumas sentenças.

Com esse entendimento, partimos para a identificação do conjunto de livros e estabelecemos critérios para sua organização e categorização. Definimos como primeiro critério os livros de caráter científico, entendidos como resultantes de pesquisas e a relação do tema com o objeto dessa investigação.

Buscamos estabelecer uma relação entre a quantidade de publicações na área de educação e em Educação Infantil de cada editora selecionada e construímos uma categorização inicial, a partir dos aspectos que consideramos os mais significativos para a Educação Infantil.

Assim, após um primeiro contato com toda a produção identificada, construímos as seguintes categorias de análise: desenvolvimento infantil, metodologia de trabalho, formação de professores e inserção social. De posse de tais categorias, voltamos aos livros selecionados. Vale ressaltar que, para chegar a essa categorização, foram localizadas primeiramente as publicações do período de 1996 a 2006, utilizando a data da implantação da Lei n. 9.394/96 como ponto de partida, haja vista que, nessa Lei, a Educação Infantil foi institucionalizada e reconhecida como primeira etapa da educação básica. Em seguida, apresentamos e discutimos as obras relacionadas e catalogadas neste estudo, com base na categorização já referida.

3.1 Um recorte do estado do conhecimento da educação infantil (1996-2006)

Após exaustivas tentativas de localizar livros publicados na área de Educação Infantil, nas duas maiores livrarias de Goiânia, percebemos o quão difícil é realizar tal tarefa. Na seção destinada à área de educação, segundo a localização nas prateleiras da livraria, identificaram-se as seguintes subáreas: (a) avaliação, (b) formação de professores, (c) legislação, (d) metodologias e outras. No entanto, praticamente quase nada foi identificado sobre Educação Infantil.

Após essa primeira tentativa de encontrar os livros que havia em exposição, utilizamos o catálogo via internet, na própria livraria.

Dentre os títulos mencionados, alguns deles não foram encontrados. Acrescente-se que o quantitativo de outros era quase insignificante. Retomamos a pesquisa via catálogos, pois nos interessava o catálogo impresso e não eletrônico, visto que o objetivo era o de confirmar o acesso a esse recurso por quem quer que desejasse encontrar o título procurado. Para isso, visitamos as distribuidoras de livros das editoras localizadas em Goiânia e solicitamos os catálogos de 1996 até 2006.

Feita a organização dos catálogos, buscamos os livros que atendiam à nossa primeira exigência. Em seguida, mediante a utilização de uma ficha padrão, catalogamos os livros encontrados nessas editoras.

Após o primeiro levantamento, identificamos o quantitativo de publicações em educação de cada editora. Consideramos a totalidade de publicações dentro do tema educação (temáticas variadas), em cada editora selecionada, independentemente de se tratar da reedição de alguns títulos.

Do total de 2.124 livros editados na temática educação, das editoras selecionadas, a ArtMed foi a que mais publicou, de 1996 até 2006, na área de educação, com um percentual de 35,40% (677 livros). Já o menor resultado é da editora Scipione, com 1,96% (36 livros).

Na classificação geral do quantitativo de livros computados em cada editora, estabelecemos uma comparação entre o número de publicações em educação com o equivalente das publicações em Educação Infantil.

Nosso primeiro intuito foi o de buscar livros que, em seu título e capa, tivessem as seguintes palavras: infância, Educação Infantil, criança e brincar (este último, por entendermos como sendo essencial ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e de relações interpessoais), denominadas por nós como categorias *a priori* que, neste caso, foram pré-determinadas em função da busca de uma resposta específica: Quais são as publicações referentes à Educação Infantil, pós- Lei nº 9.394/96?

Assim, procedemos à nossa comparação do total de publicações em Educação Infantil com a temática mais ampla, a educação, nas editoras selecionadas.

A primeira editora a ser analisada é a ArtMed: de 677 livros encontrados, 612 tratam da educação em geral e 65 de Educação Infantil. É muito pequeno o quantitativo de 9,60% (65) de publicações em Educação Infantil, levando-se em consideração os dez anos contemplados neste estudo e o total de 90,40% (615) na área de educação.

A Editora Cortez, com um total de 427 livros, apresenta 391 em educação geral e 36 em Educação Infantil. Nesse ponto de nossas análises vale o registro de que, considerando dez anos de publicação, 8,43% (36 livros) o índice é irrisório para a Educação Infantil.

A Editora Papyrus tem um total de 335 livros publicados na área de educação, sendo 312 títulos em educação geral e 23 em Educação Infantil. O percentual de 6,86% para publicações em Educação Infantil (23 livros) é pequeno, se comparado ao da área de educação.

Dos 334 livros da Editora Mediação, 315 títulos são em educação em geral e 19 em Educação Infantil. Da mesma forma, também o percentual dedicado à Educação Infantil, nessa editora, é reduzido, 5,69%, o que equivale a 19 livros, se comparado com o percentual de publicações em educação.

A Editora Vozes apresentou um total de 214 livros publicados, sendo 195 títulos referentes à educação em geral e 19 em Educação Infantil. As publicações em educação (temáticas variadas) continuam em vantagem na Editora Vozes, mas apenas 8,88% (19 livros) referem-se à Educação Infantil.

Na Editora Ática, dos 101 livros publicados, 91 títulos referem-se à educação em geral e dez à Educação Infantil.

Na Editora Scipione, dos 36 livros analisados, 26 títulos referem-se à educação em geral e dez à Educação Infantil. Apesar de o quantitativo de 27,78% (10 livros) ser pequeno, percebemos que o investimento da editora nas publicações em Educação Infantil é

significativo, se comparado com o total de publicações em educação na mesma época.

Ao agruparmos todas as editoras, dos 2.124 livros publicados, de 1996 a 2006, temos 91,43% (1.942) em educação em geral e 8,57% (182 obras) em Educação Infantil. A análise dos dados expostos revelou que, no período de 1996 a 2006, tendo como referência a LDB nº 9.394/96, foram publicados 2.124 livros em educação de um modo geral. Dessas obras, 90,2% (1.942) estão situadas na área de educação e 9% (182) no campo da Educação Infantil.

São passados apenas dez anos de sistematização desse campo do conhecimento, de suas práticas pedagógicas, políticas públicas e, ainda, de anuência da sociedade civil, que compreendeu a importância da educação da infância, como a primeira etapa da educação básica. Outro fator preponderante para o reconhecimento do espaço a ser ocupado pela Educação Infantil é a prevalência da concepção pedagógica sobre a mera visão assistencialista na educação da criança. Vale destacar que essa construção não desconsiderou que, na Educação Infantil, tanto se cuida como se educa.

Nesse sentido, ao levarmos em conta a vastidão de temáticas com as quais nos deparamos, e a partir das quais formulamos as categorias dessa pesquisa, compreendemos que o quantitativo de publicações em Educação Infantil não é tão irrisório, pois, dez anos, do ponto de vista do conhecimento, é um tempo em que os saberes, em estruturação, podem, ou não, ser consolidados. Pelo visto, a Educação Infantil encontra-se nesse processo, com vistas ao reconhecimento de seu papel como área de conhecimento e prática educativa.

3.2 Categorização das publicações em educação infantil pós-LDB n. 9.394/96

Após a identificação de 182 obras em Educação Infantil, procuramos formular categorias que melhor qualificassem o estado do conhecimento proposto nesse trabalho. Nosso campo de pesquisa é uma esfera da vida social, com interesses específicos e com leis

próprias para um bom funcionamento e convívio para atender à demanda da sociedade.

Propondo uma análise da produção no campo das publicações em Educação Infantil pós-Lei nº 9.394/96, tomamos como objeto de pesquisa o conhecimento produzido por pesquisadores que estudam, escrevem e publicam temas relacionados às crianças de zero a cinco anos de idade. Trata-se de pessoas que são inseridas em determinado campo do conhecimento.

Em consequência disso, consideramos que o principal referencial deste estudo é a preocupação com a formação do ser humano em um período tão importante, como a infância, razão pela qual a elegemos para a discussão aqui apresentada. A Educação Infantil é temática principal e, para discuti-la, utilizaremos as publicações que especificam diferentes aspectos envolvidos nesse nível de ensino, tendo como parâmetro as seguintes categorias:

- 1) Desenvolvimento infantil: (a) psicologia do desenvolvimento; (b) psicanálise; (c) relações interpessoais; (d) psicomotricidade; (e) afetividade;
- 2) Método de trabalho, quanto às diferentes áreas de conhecimento: (a) teorias pedagógicas; (b) matemática; (c) literatura infantil; (d) arte; (e) ludicidade; (f) qualidade; (g) currículo; (h) alfabetização (leitura e escrita); (i) rotinas de trabalho; (j) práticas pedagógicas; (l) planejamento.
- 3) Formação de professores: (a) legislação; (b) cursos de formação; (c) relação professor-aluno; (d) estágios; (e) gestão educacional; (f) relatos de experiências.
- 4) Inserção social: (a) violência social e doméstica; (b) concepção de criança e infância; (c) tecnologia; (d) trabalho infantil; (e) desigualdade social; (f) políticas e legislação; (g) cidadania; (h) inclusão.

Com base em tais dados, a temática com maior número de publicações é “concepção de infância e criança” (17,03%), seguida da

“metodologia do trabalho” e “ludicidade” (14,83%). Consideramos que esta pesquisa inicial, bem como esse primeiro exercício de categorização, foi fundamental para reorganizarmos a produção nas categorias que apresentamos no início deste capítulo e que passaremos a analisar.

Após essa primeira classificação, mapeamos as obras em cada categoria. Utilizando o primeiro critério – livros de caráter científico, entendidos como resultados de pesquisas e a relação do tema publicado com o objeto de nossa investigação, como último recorte –, reorganizamos a lista. Do total das 182 obras, selecionamos 33. Feita a seleção, verificamos a possibilidade de separar as obras em dois grupos.

O primeiro grupo contempla apenas as obras publicadas por um, dois e até três autores. No entanto, apresentando um só conteúdo. Trata-se de obras que foram pesquisadas e produzidas por no máximo, três mãos, sem a subdivisão por artigos. Deviam apresentar uma sequência lógica, com introdução, capítulos, conclusão e referência bibliográfica.

O segundo grupo é de livros publicados com artigos de mais de três autores de diferentes, grupos de pesquisas ou instituições, resultantes de estudos para programas de mestrado ou doutorado, e até mesmo por grupos de pesquisas de fundações, que geralmente contam com um organizador ou coordenador do grupo.

No primeiro grupo, encontramos treze obras e, no segundo, vinte. Essa divisão permitiu melhores condições para analisar individualmente cada obra dentro de um grupo específico, uma vez que, no segundo grupo, um mesmo livro traz diferentes temáticas.

3.3 Obras do primeiro grupo

Partimos, então, para mais uma etapa do nosso trabalho, respeitando a categorização definida (desenvolvimento infantil, metodologia de trabalho, formação de professores e inserção social). Constatamos que, dentro das treze obras, seis tratam da temática metodologia de trabalho; dentro desta, matemática (uma), ludicida-

de (uma), qualidade (duas), alfabetização (duas). Quanto à temática formação de professores, duas trazem esse assunto, sendo uma delas quanto ao gênero e a outra quanto à identidade profissional. Para a última categoria, a inserção social, são apresentados cinco títulos: dois sobre a concepção de criança e infância e três sobre políticas e legislação.

É válido salientar que, nesta primeira parte, nos detemos nos livros completos, que não apresentam artigos de outros autores. A seguir, é abordado o segundo grupo, com vinte livros que são resultados de produções de pesquisadores de programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). Agora nos ateremos aos artigos segundo as categorias e descritores estabelecidos previamente, fazendo um mapeamento e quantificação deles.

3.4 Obras do segundo grupo

Neste segundo bloco agrupamos os livros organizados com artigos de autores pesquisadores que estudam e escrevem acerca das crianças de zero a cinco anos. Neste grupo, mapeamos 20 livros publicados que atendiam ao nosso objetivo, computando 201 artigos (os artigos que não atendiam ao critério proposto foram descartados).

A categoria metodologia de trabalho foi a que apresentou o maior número de artigos publicados (68 artigos; 33,85%). Segue-se a categoria inserção social (57 artigos; 28,35%). Depois vem formação de professores (53 artigos; 26,36%). Por último, desenvolvimento infantil (23 artigos publicados; 11,44%). Seguindo a mesma categorização do primeiro bloco, na categoria desenvolvimento infantil, encontramos 16 artigos publicados.

Após esta análise, visualizamos que o tema mais estudado e publicado nos artigos é a concepção de infância e criança, seguida das temáticas políticas e legislação. Já os temas menos publicados são: afetividade, matemática, trabalho infantil e violência, com um artigo. Nos 201 artigos encontrados, praticamente todas as temáticas são abarcadas. Além disso, podemos dizer que os estudiosos

demonstram preocupação com a Educação Infantil. Muito foi estudado, mas há ainda muito a fazer para que esse nível de ensino seja devidamente valorizado. Para isso, é preciso fazer valer os direitos conquistados na Constituição Federal, na LDB, no ECA, no FUNDEB. Sobretudo, é necessário fomentar o gosto dos educadores pelo conhecimento mais aprofundado acerca da Educação no país.

Os artigos pesquisados demonstram transitar favoravelmente nos âmbitos em que se trata da criança de zero a seis anos de idade. Além de contemplarem referências bibliográficas nacionais, muitos artigos utilizam referências internacionais. Com isso queremos dizer que, apesar de podermos contar com poucos estudiosos em Goiás que se dedicam à em Educação Infantil nos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), no mundo o quadro é outro. A propósito desse assunto, devemos assinalar que o Estado de Goiás possui apenas dois doutorados na área de educação um na Universidade Federal de Goiás e outro na Universidade Católica de Goiás, que está com a primeira turma em andamento.

Considerações finais

O estado do conhecimento proposto por este estudo nos proporcionou um contato com diversificadas publicações em Educação Infantil. Se, antes de sua realização, acreditávamos ser irrisória a produção de obras em Educação Infantil, agora pensamos ser justamente o contrário. Isso porque, a partir de 1996, ano de promulgação da Lei nº 9.394/96, passamos a dispor de um número significativo de pesquisas acerca desse nível de ensino e também de muitas reflexões, de confronto de ideias, principalmente sobre o atendimento oferecido às crianças de zero a cinco anos de idade.

Compreendemos ser fundamental conhecermos e ressignificarmos nossas concepções sobre a educação da primeira infância, especialmente por defendermos uma educação de qualidade que alcance a demanda daqueles que necessitam desse atendimento. A Educação Infantil deve fortalecer-se enquanto espaço educacional e, isso só será possível quando os responsáveis por esse nível de ensino tive-

rem a noção exata de quão necessário é o seu papel como favorecedor de aprendizagens significativas, visto que complementam a ação da família, porque promovem o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Coord. Alfredo Bosi, Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARIÈS, Phillipe. *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

AMARAL, Maria Abadia; FURTADO, Maria Rachel. *Educação básica*. Goiânia: Kelps, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1936.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1937.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1946.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988. Senado Federal. Brasília, 2002.

_____. *Legislação e normas da educação pré-escolar*. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. Sub Secretaria de Ensino Regular. Brasília, 1979.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961.

_____. *Reforma do Ensino de 1º e 2º graus*. n 5.692/71.

_____. *Lei nº 11.274/06*, de 2 de fevereiro de 2006.

_____. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. FUNCAD/CMDCA-Goiânia. Ministério da Justiça/Secretaria dos Direitos da Cidadania. Goiânia, 2000.

BRZEZINSKI, Iria. *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2000.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise do conteúdo*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREITAS, Marcos César de; KUHLMANN JR, Moysés. *Os intelectuais da história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.

KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMANN JR, Moysés. *Infância e educação infantil*. Uma abordagem histórica. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHULTZ, Lenita Maria Junqueira. *O pré-escolar: um estudo de leis e normas oficiais*. Goiânia: UCG, 1995.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram etc*. Ed. Crítica de Mário Fiúza. Porto: Livraria Civilização, 1983.

